



Movimentos feministas e LGBTs no Brasil e o enfrentamento da repressão e do obscurantismo em dois tempos: uma luta “menor”?

Feminist and LGBT social movements in Brazil tackling repression and obscurantism twice: an “inferior struggle”?

*Daniel Henrique de Oliveira Silva*¹
*Maria Elizabeth Ribeiro Carneiro*²

RESUMO

No Brasil, os movimentos LGBTs e feministas foram considerados “lutas menores” em discursos das esquerdas no período da ditadura militar (1964-1985) e também nos dias atuais? Tal questionamento movimenta esta análise em que se busca pensar uma relação entre discursos que se reiteram em torno da crítica às bandeiras identitárias dos movimentos sociais, em diferentes momentos da história recente, porém ambos marcados pela repressão a populações marginalizadas e pela retirada de direitos sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Militar. LGBTs. Feminismos. Movimentos de Esquerda.

ABSTRACT

In Brazil, LGBT and feminist movements has been considered as an “inferior struggle” by some left discourses in the period of military dictatorship (1964-1985) and also today? Such question moves the analysis through which we think about a possible relation established by left critical discourses towards some particular groups, concerning to their identitarian agenda, reiterated in two different moments of History, both recognized by repression to marginalized populations and withdrawal of social rights.

KEYWORDS: Military Dictatorship. LGBTs. Feminism. Left Movements.

* * *

Não por acaso, nas últimas décadas do século XX, a reboque das lutas políticas e das discussões que se desdobram no âmbito das democracias liberais no mundo ocidental, há um forte esforço de articulação e luta de movimentos sociais no sentido de obter espaços no enquadramento da cidadania, conquistar direitos civis e, ainda,

¹ Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio de Janeiro – PROPED/UERJ, Brasil, E-mail: daniel.hos@hotmail.com

² Doutora em História pelo PPGHIS / UnB, Pós-doutora pela Goldsmiths University of London, Professora Associada no PPGHI/INHIS/UFU e membro do NEGUEM. E-mail: mariaer Carneiro@gmail.com

pensar a necessidade da redefinição das relações entre público e privado e do questionamento dos pressupostos universalistas das políticas públicas que desprezam ou desconhecem as diferenças identitárias.

No Brasil, em plena ditadura militar, era possível observar a emergência de algumas dessas discussões e a incorporação do debate sobre a questão identitária, particularmente na expressão de movimentos feministas e LGBTs, em meio às discussões políticas que se travavam na imprensa e nas ruas, evidenciando a expansão do sistema universitário, bem como o ingresso de mulheres nos espaços públicos e nos estabelecimentos de ensino superior. Não por acaso, se, por um lado, essas discussões estavam em ebulição no ano de 1968, o Ato Institucional no. 5 inaugurava um dos períodos mais repressivos em relação às liberdades individuais (AGUIAR, 1997, 14).

Os estudos de gênero não demorariam a aportar nos trópicos. Naquele momento, ganhavam a atenção de feministas norte-americanas e inglesas na intenção de denunciar o caráter fundamentalmente social das distinções binárias baseadas no sexo e, ao rejeitar o determinismo biológico e salientar o aspecto relacional, o uso do gênero como categoria de análise do mundo social sugeria não apenas incluir sujeitos desvalidos como objetos da história. Era preciso rejeitar e denunciar o caráter fixo e permanente daquela oposição binária que determinava as identidades sociais pela fisiologia, cromossomos e hormônios, historicizar a construção excludente, naturalizada, do sujeito em relação aos territórios do público e do privado, e particularmente discutir os efeitos do gênero nas relações e instituições sociais (SCOTT, 1991, p.1-2).

A historiadora americana Joan Scott relata que, no início do século XXI, parecia que o termo ganhava aceitação internacional e, por outro lado, parecia perder gradativamente sua capacidade analítica, desestabilizadora dos pressupostos que interrogavam a relação entre sexo biológico e papéis construídos culturalmente projetados nas identidades gendradas, questão, esta, que fora insistentemente discutida nos anos 1970. Após o primeiro impacto, aquela nova perspectiva a ela pareceu funcionar nas discussões acadêmicas ou em águas amenas como uma rubrica sob a qual estariam reunidas estatísticas sobre a situação das mulheres em comparação com as dos homens.

A inquietação investigadora de Scott a levou a perceber que a discussão não havia se acomodado ou avançado no século XXI, nem o termo se tornara mais claro ao longo do tempo. Ao contrário, havia se tornado mais impreciso. Mesmo que feministas usassem a palavra, segundo ela, ainda é “um termo de referência que atravessa o espectro político, com efeitos às vezes muito diferentes daqueles que as feministas originalmente intencionaram” (SCOTT, 2012, p.331). E, assim, nos adverte para a necessidade de estarmos alertas, já que “parece não haver um único lugar no qual o gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar”, isto é, “não há uso ordinário, geralmente aceito para gênero; ao contrário é um lugar de debate intenso” (ID., IBID, p. 332).

De fato, não apenas acompanhamos as reflexões da historiadora, como também procuramos, aqui, renovar nosso compromisso crítico com esses significados, porquanto a experiência que vivemos no Brasil nos permite estabelecer pontes com a reflexão de Scott. As discussões em torno da categoria gênero chegaram ao país com algum atraso (1980/90), mas mobilizaram o debate de professoras e pesquisadoras de diferentes campos disciplinares. Algumas décadas depois, como relata Scott em relação ao debate na França, estamos enfrentando aquela mesma velha discussão que emergia no país no passado recente, e que ainda nos inquieta, porque parecia superada. É preciso, portanto, como assinala Scott, enfrentar contradições, instabilidades e retrocessos que se manifestam na sociedade e nas vidas daqueles que estudamos. Contradições ainda maiores quando se debruça sobre a historicidade dos movimentos sociais e seus discursos, que evidenciam lutas internas, desgastes, reiteraões e também retrocessos...

A propagação de ideologias e a “cortina de fumaça” no Brasil contemporâneo

Nos últimos meses, é possível rastrear o alastramento de medidas tomadas pelo “novo” governo no Brasil, estas que vem sendo reconhecidas como elementos de distração, por isso denominadas “cortina de fumaça”. No dia três de janeiro de 2019, a reportagem do jornal O Globo veiculava a informação das redes sociais que comunicava a posse da atual Ministra da Mulher, Família e dos Direitos Humanos. Naquele momento, afirmava os valores e as diretrizes políticas que, segundo a Ministra, inauguravam “uma nova era”. Uma era “nova” em que não se consegue

deixar de enxergar elementos evidentes de princípios vinculados por um conservadorismo historicamente reiterado em bases normativas binárias sobre a construção dos sexos. De acordo com a matéria jornalística:

Circula na internet um vídeo amador no qual Damares Alves, a nova ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, afirma que é inaugurada agora uma "nova era" no país, em que "menino veste azul e menina veste rosa". As imagens foram feitas na quarta-feira, 2, dia da cerimônia de transmissão de cargo na qual Damares assumiu a pasta. No discurso de posse, Damares já havia afirmado que "menina será princesa e menino será príncipe".— É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa — exclama a nova ministra, com um largo sorriso e dando pulos (O GLOBO, 2019).

Fora os gestos exagerados da ministra, como o largo sorriso e os pulos, imagens de “princesa” e de “príncipe”, ou “rosa” e “azul” não constam de um glossário exatamente “novo” na espectro binário das identidades gendradas. A “nova era” anunciada significava, portanto, o retorno ao passado. Outras imagens foram descritas pelo mesmo jornal, não menos expressivas de sua posição conservadora, calcada em experiências metafísicas ou juízos apressados e preconceituosos que alimentam e explicam uma estreita vinculação religiosa, inclusive sua projeção significativa entre fiéis radicais não apenas em cerimônias evangélicas:

Uma das primeiras polêmicas envolvendo a ministra foi um vídeo, que circulou antes que ela tomasse posse, em que Damares diz durante um culto evangélico que viu Jesus Cristo em cima de um pé de goiaba, aos 10 anos, quando pensou em se matar. A "revelação", segundo a então assessora de Magno Malta, aconteceu nos fundos da casa de seu pai. Damares conta que subiu na árvore e preparava para tomar um veneno quando "avistou Jesus caminhando em sua direção" (O GLOBO, 2019).

Em outro momento, na mesma informação veiculada pelo referido jornal, após a descrição da “revelação” em que encontrou e foi salva por Jesus, aos 10 anos, no pé da goiabeira, sem explicar exatamente as circunstâncias do sofrimento que a levava a pensar em se matar, ela desferiu críticas à escola e às práticas escolares, ao sugerir o exercício de redação em torno de uma imagem para ela sexualizada. E por fim, a

matéria revela sobre o vídeo em que a Ministra condena a educação e o comportamento da sociedade holandesa que incentivaria a masturbação de bebês masculinos:

[...] ela criticou um exercício de redação em que os alunos deveriam escrever um texto a partir de uma imagem chamada "O Fazendeiro Solitário", que mostrava um homem ao lado de galinhas.— Olha o tamanho do órgão sexual do fazendeiro solitário. E olha como estão as galinhas. Apologia ao sexo com animais — afirmou.[...] Em um vídeo recuperado por uma emissora holandesa, Damares afirmou que, no país europeu, é recomendado masturbar meninos a partir dos sete meses de idade (O GLOBO, 2019).

Apesar das reações assombradas de diferentes segmentos, de modo geral, estas e outras falas da ministra foram consideradas por grupos de oposição ao governo, isto é, da esquerda do espectro político, como “cortina de fumaça”, ou distração *forjada* para esconder as reais ações do governo Bolsonaro, tais como a reforma da previdência, os cortes em saúde e educação e a reforma administrativa.

É possível observar que, no âmbito das lutas da oposição, essas medidas vêm sendo contestadas porque afetam profundamente as camadas menos favorecidas de nosso país, e que, além disso, como tratam de retirada de direitos constitucionais da população, merecem a devida atenção e repúdio. Entretanto, definir aqueles enunciados como questão inferior, de menor importância, apenas uma “cortina de fumaça”, ou insignificante, apenas para esconder temas adjacentes, ou pautas realmente importantes, parece o mesmo artifício largamente utilizado pelas esquerdas durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), para colocar os debates que tratam das questões de gênero, raça e sexualidade em segundo plano.

Naquele momento, o discurso dos movimentos de esquerda insistiam em que era preciso enfrentar a luta de classes, reunir esforços em torno de um inimigo maior, o capitalismo, bem como lutar pela democracia, pela liberdade e combater as forças repressivas. Não soa estranho que esse discurso reverbere novamente agora, nos anos 2019, momento em que as pautas LGBTs, das mulheres, dos negros, e tantas outras sejam novamente reconhecidas como de menor importância, com a justificativa de que mais necessário seria direcionar energias para engrossar fileiras

em torno de temas considerados mais importantes. Quando lemos tais reflexões, nos parece que a vida de sujeitos historicamente excluídos ou desprezados, tais como mulheres e LGBTs, não importa, afinal, com a onda bolsonarista, de produção e difusão de discursos conservadores contra LGBTs, mulheres e negros, a violência contra esses grupos aumentou significativamente, segundo o jornal Folha de São Paulo, ao divulgar dados da Fundação Ford que realizou pesquisas com essa população referente a “Violência LGBT+ no Período Eleitoral e Pós – Eleitoral” (Folha de São Paulo, 2019).

No bojo dessa recente política regressista, registramos os cortes seletivos no orçamento do Governo, particularmente na educação, a retirada gradativa de direitos, o desmonte de estruturas públicas construídas para levar adiante relevantes políticas educacionais, culturais e ambientais, sobretudo as tentativas de controlar os programas educacionais, de cercear a liberdade de expressão e de cátedra, a censura e a perseguição a eventos, como a Bienal do Livro, ocorrida no Rio de Janeiro, ou a materiais didáticos, como ocorrido em São Paulo, ou a professores que pesquisam e procuram debater esses temas em suas aulas. Observa-se que tais dispositivos políticos e moralistas se organizam não apenas na esfera do poder federal, mas também em discursos de autoridades estaduais e municipais.

As reportagens seguintes explicitam alguns desses dispositivos de censura política em operação nas esferas municipal e estadual, nas duas maiores e mais importantes capitais do país. A primeira delas revela a censura desferida pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, em relação aos gibis que circulavam na Bienal do Livro:

O prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella (PRB), anunciou em postagem nas redes sociais que mandou censurar exemplares do gibi “Vingadores - A Cruzada das Crianças”, expostos na Bienal do Livro. “A Prefeitura do Rio de Janeiro determinou que os organizadores da Bienal do Livro recolhessem esse livro [Vingadores - A Cruzada das Crianças], que traz conteúdo sexual para menores”, disse Crivella, em vídeo. O gibi traz imagens de dois rapazes trocando carícias e se beijando, completamente vestidos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2019).

A segunda relata a censura aos livros didáticos do estado de São Paulo, pelo governador João Dória, em relação ao material escolar de ciências para alunos do final do Ensino Fundamental, ao discutir sobre gênero, sexualidade e orientação sexual.

O governador João Doria (PSDB) mandou recolher nesta terça-feira (3) o material escolar de ciências para alunos do 8º ano do Ensino Fundamental da rede estadual de São Paulo. A apostila explica os conceitos de sexo biológico, identidade de gênero e orientação sexual. Também traz orientações sobre gravidez e doenças sexualmente transmissíveis (Portal G1, 2019).

Essas ações ganharam visibilidade e repercussão em nossa sociedade, movimentando uma onda de críticas e resistência, que foram desde protestos localizados até ações mais amplas como a do *youtuber* Felipe Neto que comprou 14 mil livros com a temática LGBT e distribuiu gratuitamente na Bienal do Livro, contribuindo para a amplificação da reação e a articulação de outras mobilizações.

Tais reportagens explicitam o quanto os discursos sobre gênero e sexualidades vêm ganhando notoriedade em nossa sociedade e tornando-se fruto de embates principalmente com grupos religiosos e pessoas que se colocam como “defensoras da família, da moral e dos bons costumes”.

Essas questões se relacionam diretamente com o tema desse artigo, ao serem pautadas por grupos que se localizam no campo da esquerda brasileira como distração, ou como uma “cortina de fumaça”. O militante do Partido Comunista do Brasil, educador popular e professor Jones Manoel, por meio do jornal eletrônico Mídia Ninja, importante meio de veiculação de ideias das esquerdas do país, observa como assuntos dispersos ou tratados como “menores”, quando trazidos para o centro do discurso social, servem como táticas de comunicação:

Para distrair o conjunto dos trabalhadores das consequências desse programa antinacional e antipopular, é fundamental desviar constantemente a atenção pública para temas secundários, laterais, brigas paroquiais. Aprofundando a arte que obteve êxito na eleição (quando em um país com 14 milhões de desempregados, o tema central das eleições foi “Kit Gay”, “doutrinação nas

escolas”, Venezuela, “mamadeira de piroca” etc.), o futuro governo Bolsonaro e seus associados, especialmente seus filhos, atuam nas mídias sociais – como Twitter, Instagram, Facebook – provocando, diariamente, falsos debates. A postura de adolescente “*hater*” na internet do presidente eleito e seus colaboradores não deve ser interpretada como sinal de despreparo de um deputado medíocre (embora Bolsonaro seja realmente medíocre e burro, no sentido pleno da palavra), mas como uma tática de comunicação, até esse momento bastante eficaz, que visa criar uma cortina de fumaça sobre os temas fundamentais (MÍDIA NINJA, 2019).

No caso dos comentários preconceituosos do atual governo e seus correligionários em relação às questões de gênero e às pautas identitárias, a cortina de fumaça construída parece ser intencionalmente difundida para distrair a plateia, segundo o professor de História, particularmente o “conjunto dos trabalhadores das consequências desse programa antinacional e antipopular”. Diferente da crítica das esquerdas aos movimentos sociais dos anos 1970, que pautavam-se na prioridade da luta de classes, ao que parece, nos dias atuais, a cortina de fumaça seria criada por setores de direita para dissimular a opressão institucional e a política de retirada de direitos. Já a anterior, produzida por LGBTs e movimentos feministas, segmentos considerados “menores”, seria assim considerada pelos movimentos de esquerda por “atrasar” as lutas progressistas, ao ofuscar as intenções revolucionárias do segmento mais abrangente e “maior, ou seja, a classe trabalhadora.

Tais reflexões demonstram como o falocentrismo e a heteronormatividade estão inseridas até mesmo em grupos sociais que se dizem críticos, “desconstruídos”, ou que visam combater opressões. É justamente pela problemática da repetição de um certo enunciado, ou seja, quando percebemos a subjugação das pautas relacionadas ao gênero e à sexualidade em diferentes momentos, que torna-se possível observar uma espécie de reiteração de um discurso hegemônico androcêntrico, provocando sua reprodução e contribuindo para aquela construção binária do gênero e das sexualidades alinhada aos ideais normativos, repetindo as velhas imagens fixas, de um lado ou de outro do espectro político.

Por isso, tais reflexões aqui apontadas não se propõem a fazer uma crítica demolidora dos movimentos de oposição ao atual governo, ou os movimentos de esquerda atuais, mas colocar uma antiga questão em discussão, questionando essas repetições/reproduções da grade binária, vincando as normas que ganham espaços e reverberam não apenas nos discursos do governo, mas também de organizações de esquerda. Com isso, formular críticas, problematizar, apontar reiterações, preconceitos e conservadorismos têm como objetivo contribuir para quebrar esses ciclos de opressão e inferiorização de grupos sociais. Isso pode ocorrer, duvidando, indagando e problematizando esses discursos, além de colocar em evidência as maneiras como eles se reverberam e/ou são formulados, operando na produção de mentalidades, formas de ser, agir e pensar, permitindo assim, talvez, sua desconstrução ou desestruturação.

Apesar de parcela significativa da esquerda considerar os discursos sobre gênero e sexualidades enquanto secundários, certamente temos vozes dissonantes para amplificar como, por exemplo, a da professora de história da Universidade Federal de Uberlândia, Jorgetânia Ferreira, que em oposição à matéria supracitada se contrapõe ao discurso da “cortina de fumaça”, em matéria publicada no dia oito de janeiro de 2019, também no jornal Mídia Ninja. Sobre esse debate ela aponta que

Frente a tantos reveses em nossa história contemporânea, o caminho da resistência, a meu ver, precisa ser construído com vontade real de dialogar, sem sectarismo e dogmatismo. [...] Então, se para você amiguinho, homem, cis, escolarizado, branco, dos setores médios, Damares é uma piada e as declarações do governo são cortina de fumaça, para todas nós outras, não é fumaça; é fogo que nos queima, que já queimava, mas que agora ganha autorização para queimar. No país que “mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas”, “lidera ranking mundial de assassinatos de transexuais”, “feminicídio é causa de 87% dos assassinatos de mulheres em MG”, não podemos achar que essa questão é secundária, distracionista (MÍDIA NINJA, 2019).

A historiadora ainda salienta a relevância das lutas políticas atreladas as questões identitárias, quando observa como as desigualdades são construídas

também nas relações do mundo privado, nas ações cotidianas e sobretudo quando detecta as ameaças naturalizadas e a perseguição aos estudos de gênero:

Eles têm razão. Gênero é realmente perigoso. Essa categoria de análise vem para dizer que as relações humanas são construções sociais e não naturais e nos dá força para sermos o que quisermos. Gênero, de fato, acaba com um tipo tradicional de família no Brasil. Aquela construída a partir da violência da casa grande, do mando do homem branco e da exploração de mulheres e crianças. Aquela família fundada na violência, que não aceita a orientação sexual de cada pessoa, está ameaçada pela discussão de gênero (MÍDIA NINJA, 2019).

A partir dessas reflexões, é possível observar que, cotidianamente, diferentes grupos sociais lutam para sobreviver em uma sociedade racista, LGBTfóbica, machista e capacitista, porque o diferente é constantemente posto à margem social. Nessa realidade, os estudos de gênero têm sido o espaço privilegiado para se debater, refletir, repensar, instigar, ressignificar, remoer e problematizar discursos estabelecidos, naturalizados, reiterados e ainda considerados, à direita e à esquerda, verdadeiros. Os estudos de gênero e sexualidades colocam o dedo na ferida, propondo mover estruturas muito bem consolidadas que dividiram a sociedade por hierarquias e estabeleceram para cada identidade criada por esse sistema sua posição social. Assim, o gênero, quando trabalhado na sua perspectiva crítica, aponta, tira a cortina, desmascara, desafia o que está posto, estabelecido, o que parece dado, acabado e cristalizado, como os discursos que dizem sobre meninos vestirem azul e meninas vestirem rosa. Tais concepções dizem muito mais do que apenas as cores a serem utilizadas, tratam da construção social do feminino e do masculino.

Características são atribuídas desde nossa infância na construção da nossa identidade de gênero e da nossa sexualidade. Como aponta Vanucci, a grade binária prevalece e confina sujeitos sociais em termos dicotômicos, já que

as famílias, quase sempre, dependem tratamento mais diferenciado aos(as) filhos(as) do que as reais diferenças requereriam; os meninos, muito mais do que as meninas, são incentivados a desenvolver atividades que estimulam o corpo e a apresentar comportamentos arrojados, audaciosos; recebem por

brinquedos: caminhãozinho, simulacros de armas, bola, bicicleta, e equipamentos vários que ativam os movimentos corporais. Mas, se são estimulados fisicamente, em contrapartida suas emoções são cerceadas pelo fatídico “homem não chora”. Às meninas estão reservadas atividades lúdicas que reproduzem o universo doméstico, preparando-as para a gestão do lar. Recebem como presentes: boneca, panelinha, fogãozinho, vassourinha e, dependendo do poder aquisitivo das famílias, toda uma parafernália eletro-eletrônica de utensílios domésticos em miniatura para brincarem de “casinha”, para aprenderem a ser boas mães, esposas exemplares, e eficientes donas de casa. Nelas, são incentivadas posturas dóceis, de aquiescência e submissão, traduzidas como predicados de feminilidade. Ao contrário dos meninos, são, mesmo que de forma implícita, estimuladas a fazer do choro poderosa arma, utilizável em qualquer situação de conflito, porque quando choram percebem-se acolhidas, confortadas e protegidas (VANUCCI, 2010, p. 64).

Assim, conforme explicitado por Vanucci, há uma construção do “ser mulher” e do “ser homem” em nossa sociedade. Então, afirmar que meninos vestem azul e meninas vestem rosa não significa enunciar um discurso ingênuo ou inocente. Ao contrário, trata-se de acionar um discurso carregado de valores, uma ferramenta engenhosa de sentidos, uma maquinaria de ideologias calcadas em bases binárias, que forja, dissemina e determina o normal, o aceito, e institui padrões de masculino/feminino, despejando às margens todos/as aqueles/as que escapam e sobrevivem para além essas normas.

Mais do que isso, tal enunciado está carregado de preconceitos referentes a sexualidades e a identidades de gênero, isto é, colocam no campo da anormalidade aqueles que se percebem enquanto diferentes, ou outros em relação ao padrão estabelecido e reiterado pelo discurso social hegemônico, inclusive o da ministrada Mulher, Família e Direitos Humanos.

A “cortina de fumaça” em tempos de ditadura militar no Brasil

Tais reflexões permitem construir uma ponte no tempo e pensar essas questões em diálogo com o *Jornal Lampião da Esquina*, periódico que surgiu em abril

de 1978, anos finais da ditadura civil-militar no Brasil, período de leve abertura, mas ainda sob forte repressão aos meios de comunicação. O jornal, criado e mantido como veículo voltado ao público LGBT brasileiro, possuía uma tiragem média de 15 a 25 mil exemplares mensais, com aproximadamente 20 páginas por edição. Não teve vida longa, já que iniciou sua circulação em abril de 1978 e teve sua última edição em julho de 1981. É relevante ressaltar sua importância na sociedade brasileira, especialmente na década de 1970, marcada pela atuação de novos movimentos sociais que lutavam contra opressões e em busca de liberdades de expressão.

O cenário político nesse momento era o de declínio ou esgarçamento político do regime militar que assumiu o poder em 1964, após um golpe de Estado, e que foi responsável pelo cerceamento da expressão e dos canais de comunicação social, particularmente pela censura à imprensa após o AI-5, decretado em 13 de dezembro de 1968. O silenciamento violentamente construído foi responsável por perseguições, prisões e mortes, e também pela desarticulação de movimentos políticos que se organizavam no campo e nas cidades, quebrando brutalmente um certo ensaio de emancipação que mal tinha sido desencadeado (GREEN, QUINALHA, 2014, p. 21).

A repressão, a censura, o medo, a violência, a cassação de direitos e o poder policial marcaram aquele período de uma década (Id., Ibid.). A abertura política nos anos finais da década de 1970 se deu num momento de conflitos, resultante de pressões internas e externas de setores da sociedade civil que demandavam espaços de participação e representação democrática, portanto, não por acaso, trata-se de um processo que ficou reconhecido também como aquele que dá início à abertura política. Neste contexto, foi criado o jornal *Lampião da Esquina* (1978-1981), um importante espaço discursivo conquistado, em que se abordava questões consideradas marginais sobre LGBTs, negros, mulheres, índios, etc, e se levantava a bandeira também de outros temas polêmicos para o período, de maneira explícita e por um viés político, trazendo à tona, talvez como prioridade, posições relevantes que nutriam os debates em torno da sexualidade.

Assim, a questão sobre a relação dos movimentos de esquerda e as pautas identitárias, sobretudo LGBTs e feministas, ganham repercussão nas páginas do jornal *Lampião da Esquina*, local onde emergem aqueles discursos dos movimentos de esquerda, segundo os quais, mais importante do que as pautas identitárias, seria

discutir e lutar contra um inimigo maior, que seria o governo ditatorial. Nesse contexto, são recorrentes nas páginas do jornal *Lampião da Esquina* e do *Pasquim* alguns daqueles debates sobre essas questões ditas menores, ou menos relevantes. Cabe ressaltar que o *Pasquim* era considerado um importante jornal alternativo, representante de parcela da intelectualidade de esquerda, na construção de críticas ao regime militar.

Sobre a relevância ambivalente daquele periódico, aponta Rachel Soihet:

Destaque-se nesse particular o jornal alternativo *O Pasquim*, o qual, ao mesmo tempo que se opunha ao regime por meio da ridicularização, voltava sua mordacidade igualmente para as mulheres que haviam se decidido pela luta por seus direitos, ou àquelas que assumiam atitudes consideradas inadequadas à feminilidade e às relações estabelecidas entre os gêneros. Ridicularizava as militantes utilizando-se dos rótulos de “masculinizadas, feias, despeitadas”, quando não de “depravadas, promíscuas”, rótulos através dos quais tais articulistas conseguiram grande repercussão (SOIHET, 2007, p. 42).

Soihet localiza, naquele periódico da resistência, objeto da perseguição das autoridades, a expressão de uma crítica política veemente de oposição ao regime militar. Não menos vigoroso, ela observa, seu discurso feérico e mordaz em relação aos movimentos feministas e à legitimidade de suas lutas, faz operar e reiterar a misoginia e o conservadorismo da sociedade brasileira à época.

Nesse sentido, o *Lampião da Esquina* antecipa uma discussão que aparece adiante, décadas depois, sendo portanto um importante meio para discutir as questões de gênero, a orientação sexual, as identidades marginalizadas. O periódico, ao tratar da repressão e das sexualidades periféricas, procura colocar no debate, também, alguns dos efeitos de uma sociedade controladora do discurso, e a estigmatização social de um segmento populacional.

A relação do *Lampião* com o *Pasquim* pode ser vista na Edição nº 14, quando, dessa vez, Francisco Bittencourt parabeniza os fundadores desse último pelos seus

10 anos de existência, sem deixar de fazer a crítica com tom debochado e de sátira em relação aos traços machistas daquele no jornal:

Os homens do Lampião saúdam os heteros do Pasquim, pelos seus dez anos de serviços prestados... [...] Pro pessoal mais novo, que não passou pela maravilhosa experiência de sentir uma sensação de esganadura cada vez mais forte, até se transformar numa deliciosa falta de ar que, pouco a pouco, ia nos deixando roxos e rebentando (ou arrebetando?) nossos pulmões, [...]. O Pasca, quando apareceu, lavou a alma de todo mundo. Ninguém acreditava que pudesse durar muito e, vejam vocês, ele continua aí, firme, resistiu a todas as psicoses, foi se modificando com o tempo e entrou nesta nova era (calma, não estou falando da Abertura) em que as minorias saíram à luz e se colocaram no que parece ser um campo oposto ao dele. Mas será mesmo? É bem verdade que têm pintado lances de machismo muito fortes nas páginas do Pasquim, mas isso não quer dizer que o machismo seja a síntese, o editorial do jornal.[...] Estamos aí, pra dar e levar porrada. Por isso não podemos deixar de festejar a resistência do velho Pasca que, neste dez anos, sempre se jogou de corpo inteiro na luta. Se pisou em falso algumas vezes e se a seguir teve algumas recaídas, sua atuação nos momentos de combate foi muito mais importante. Afinal, ninguém é perfeito. Nem nós (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p.5).

Nas páginas do Lampião da Esquina, ainda que reservando linhas para uma autocrítica, são evidentes as críticas ao machismo praticado em algumas seções do Pasquim, fortemente repelidas naquele momento por Bittencourt. Ao mesmo tempo em que é feita a crítica, todavia, os colegas ressaltam sua importância na luta contra a opressão do regime ditatorial, e pró-democracia. Esse movimento, de não discutir-se a sexualidade, tem relações com o que ficou conhecido como “luta maior”, que seria alcançar a democracia e, em consequência disso, viriam na retaguarda as consideradas lutas menores, quais sejam: os direitos das mulheres, dos negros, a liberdade sexual, em suma, a agenda dos movimentos ditos minoritários cujas lutas viriam, (naturalmente?), em consequência dessa luta maior.

Sobre essa tendência das esquerdas em desconsiderar as agendas das minorias (nem tão minoritárias) que, segundo alguns, embaçava o principal debate,

cabe ainda destacar trecho da entrevista, publicada naquela Edição de número 14, de julho de 1979, com o então líder no movimento metalúrgico, Lula, este que seria presidente do país cerca de vinte e três anos após (2003-2011). Ao ser indagado sobre questões referentes aos movimentos feministas e à homossexualidade, ele respondeu: “Feminismo – eu acho que é coisa de gente que não tem o que fazer” (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, p. 10). E, ainda afirma: “Homossexualismo na classe operária – não conheço” (LAMPÍÃO DA ESQUINA, 1979, p. 10).

Tais contestações³ demonstram que a construção das representações identitárias e dos discursos perpassam diversos grupos em um certo tempo e lugar, algo que pode ser percebido pela reprodução dos enunciados que se tornam normativos, replicados por grupos ou sujeitos que também habitam a subalternidade. Naquela entrevista, por exemplo, Lula, operário, militante do movimento de esquerda, reproduz ideias sexistas de inferiorização da mulher e exhibe o não reconhecimento de homossexuais em postos de trabalho marcados pela classe do operariado, este também definido particularmente pela masculinidade, isto é, pela força física.

Tal representação reiterada pelo metalúrgico que demarca uma ausência de homossexuais na classe operária revela a constituição e circulação histórica das representações sociais, dos discursos que modelam algumas formas de pensar. Como ensina Jodelet, “elas circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (JODELET, 2001, p. 17-8). As palavras do operário, bem como muitos dos enunciados repetidos no jornal alternativo, ainda veiculam imagens cristalizadas que se replicam aqui e ali, sugerindo condutas de acordo com a grade da identidade binária, modelando organizações do pensamento e da ação. Nelas, percebe-se a reiteração e a circulação da representação do operário masculino, ou macho, e de seu espaço de atuação, heteronormativo, que a ele não deixava dúvidas

³ Cabe ressaltar que, durante os anos de governo Lula, houve avanços em pautas defendidas pelo movimento das mulheres e LGBTs, porém, o assunto demanda análise complexa e não caberia aprofundamento no espaço deste artigo.

à época, expressas pelo líder do movimento operário, neste caso aquele que seria o líder progressista maior.

Com efeito, era pouco expressivo o reconhecimento da luta homossexual, e das lutas das mulheres, às vezes evidente sua negação, em parcelas dos movimentos de esquerda daquele momento. Em outras tantas edições do periódico, editores tentam alertar os LGBTs que se iludem no discurso da luta maior ou com a possibilidade de alçarem vôos em cargos públicos, vendo ali uma expectativa de crescimento e também de defender as causas LGBTs, advertindo que seriam utilizados por partidos políticos para aglutinação e visibilidade de outras agendas. Nesse sentido, questiona-se, nas páginas do *Lampião da Esquina*, se os grupos os quais eles apoiam, estariam nas ruas levantando as bandeiras *gays*, ou defendendo as pautas LGBTs dentro do próprio partido na perspectiva de assumirem cargos políticos.

Essa questão é ainda tratada sob a ótica de Darcy Penteado que publica uma matéria questionando algumas dessas questões, ao visitar a sede de um partido político em Roma e perceber inúmeros homossexuais empenhados com as demandas gerais do partido:

[...] Percebi então que uma série de tarefas estavam entregues ao setor homossexual, desde pintar essas faixas até colocar cartazes em muros, pichar paredes, distribuir panfletos, levantar estandartes em passeatas e defender tanto razões humanísticas como exclusivamente político-partidárias. E tudo isto, tenho certeza, eles o faziam e fazem felizes e plenos do patriótico altruísmo (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 2).

Penteado tenta alertar que parece haver um “setor homossexual” responsável por certas tarefas específicas e registra os esforços dos partidos que pretendiam se utilizar da militância para crescer e ganhar adeptos. Ele percebia que, provavelmente, as reivindicações específicas dos grupos acabariam subsumidas nas plataformas e manifestações partidárias.

Tudo bem mas... e a luta homossexual, propriamente dita? É verdade que em todas essas passeatas do Partido eles se identificavam como homossexuais através de cartazes onde sua sexualidade está documentada: “Os

homossexuais do Partido Radical protestam, etc., etc.” – mas isto não prova que as discussões e reivindicações sobre sexualidade, e mais particularmente sobre essa sexualidade específica, entrem no temário do Partido. Creio até que nem sobra tempo aos próprios homossexuais para dialogar sobre a sua identificação sexual enquanto grupo. Quando indaguei se tal participação ativamente político-partidária não seria prejudicial a eles ou, numa outra hipótese, se ela não absorveria a prioridade que, logicamente, a política sexual deveria ter para o grupo, obtive uma resposta conformista: “O Radical foi o único partido a nos aceitar como grupo”. Ora, isto não significa objetivamente que o Partido esteja isento de preconceitos. Comprova apenas que, sendo novo e numericamente pequeno, necessita congregiar adeptos, mesmo que estes sejam homossexuais: mais uma jogada para conquista do poder[...] (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 2).

Como se pode perceber, segundo o que foi publicado pelo jornal, o Partido Radical foi o único a aceitar esse grupo dentro dele, mas não havia uma agenda de direitos a serem pautados para essa parcela populacional. Isto é, os quadros engajados e mesmo a população LGBT era considerada, muitas vezes, como instrumento de manobra, porque utilizada para engrossar fileiras, de acordo com os interesses considerados maiores dos partidos.

Apesar disso, em oposição aos discursos que tentam silenciar ou desprezar as pautas identitárias, na edição do Lâmpião de Esquina de número 18, de novembro de 1979, os jornalistas entrevistam Fernando Gabeira, considerado talvez uma voz relevante do movimento de esquerda, e perguntam temas como homossexualidade, feminismo, negros e índios. Na entrevista, é possível perceber que havia dissonâncias na esquerda e que provavelmente existiam grupos que percebiam a necessidade de se movimentar para além do discurso da pauta única.

João Carlos – Eu queria saber sua opinião sobre as relações entre os movimentos de minorias – negros, mulheres, homossexuais, índios – com a esquerda, que costuma desaconselhar esses movimentos, sob pretexto de que existe uma luta maior, da libertação do povo etc... [...] (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5).

Nessa entrevista, Gabeira reafirma a postura existente no movimento de esquerda, de colocar a luta pelos direitos das mulheres, negros, índios e principalmente dos homossexuais como secundária. A resposta do jornalista é reveladora das resistências concorrentes em relação a se considerar vozes múltiplas que demandavam questões e posições diferentes. Ele descontrói a ideia e o enfraquecimento produzido em relação às minorias, por um lado, mas explica como uma estratégia o fato da esquerda insistir em torno da necessidade da unificação das lutas.

Gabeira – Eu tenho tentado entender essa questão também, as dificuldades nas relações entre movimentos assim chamados minorias e a esquerda; assim chamados porque com o tempo a gente percebe que eles não são exatamente minorias – as mulheres são por exemplo, metade do país, os negros foram recenseados, mas são um número muito grande etc... Eu tento explicar este problema da seguinte maneira; a esquerda vê todas as questões em torno da tomada do poder; a partir daí ela desenvolve uma tática, uma estratégia; para ela, todas as lutas, todo o conjunto de lutas que a afastam da concentração de forças nas questões que a conduzem imediatamente à tomada do poder são consideradas inoportunas... [...] (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5).

Estratégia, ou não, esses assuntos, peculiarmente os referentes aos LGBTs, eram colocados como temas “intocáveis”, no sentido de que naquele momento não se tinha tempo para debater suficientemente essa questão. Assim, sugeria-se que seria preciso hierarquizar agendas e delimitar posicionamentos, sendo então temas que seriam jogados na vala de uma luta menor, como forma de postergar o enfrentamento de pautas que seguramente causariam polêmica e também desconforto nos quadros das esquerdas.

Francisco – É esta chamada luta maior... Gabeira - ... Então, ela coloca sempre uma objeção à luta das minorias: “Nós não somos contra”, diz ela; “só achamos que é inoportuna, que, no momento, divide o movimento popular e fortalece o adversário” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 5).

Apesar disso, na entrevista, Gabeira mostrava que existiu uma esquerda consciente daquela matéria, sendo esta a que tinha a percepção da necessidade de

lutar pelo direito ao prazer e à liberdade do corpo, pelos direitos de LGBTs, de mulheres, ou por temas considerados menos importantes. Cauteloso e crítico, ele também questionou o movimento sobretudo aqueles que, ao pautarem-se por ideias marxistas, não enxergavam as possibilidades de se questionar a sociedade burguesa em relação à sexualidade:

Adão – E quanto ao homossexualismo? Gabeira – Quanto a essa questão, não havia, no horizonte do marxismo, nenhuma formulação interessante. Aí o que se colocou para nós foi observar o movimento dos homossexuais, e tentar entendê-lo com a perspectiva do marxismo. E, para mim, o marxismo poderá abordar essa questão na medida em que entender que o movimento homossexual coloca uma das lutas mais conseqüentes contra a sociedade patriarcal, representa um dos questionamentos mais profundos da sociedade patriarcal burguesa (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 6).

Gabeira percebe a força da luta homossexual como questionadora não apenas da dominação burguesa, mas também, e talvez principalmente, das estruturas patriarcais da sociedade. Salientando a importância de se nutrir uma outra perspectiva crítica, ele expõe sua experiência de aproximação com LGBTs nos anos finais da ditadura militar:

[...] Eles me ensinaram ainda mais; me mostraram, através da experiência deles, o quanto eu era uma pessoa reprimida; eles me ajudaram a chegar a uma nova compreensão do mundo, onde as relações masculinas poder ser aprofundadas sem nenhum medo, porque na medida em que não tenha consciência, não tenha visão desse teu lado feminino, você não consegue assumir suas amizades masculinas sem o medo de que elas venham a desembocar no sexo. Hoje as coisas são vistas de outra maneira: “e se desembocarem, e daí? Por que não?” Esse “por que não?” é que é uma pergunta revolucionária, pois no momento em que você começa a dizer isso, tudo bem: já não tem mais grandes grilos (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 8).

Assim, ao aproximar-se de movimentos homossexuais e conseqüentemente dos homossexuais, Gabeira nota a possibilidade de romper os próprios limites e

padrões sobre as relações sociais, e insiste no sentido de que era necessário não apenas repensar o poder, no sentido estatal e as perspectivas de ação política, mas refletir sobre as nossas próprias ações e mentalidades, particularmente sobre nossas concepções referentes a sexo e gênero.

Assim, Gabeira também via a necessidade de emplacar essa luta, considerando pautas e temas geralmente considerados secundários como um processo de libertação dos velhos padrões que estruturam a dominação política e a crítica aos discursos que veiculam forças conservadoras que parecem aceitas ou naturalizadas na sociedade. Levantar bandeiras para além das pautas pró-democracia seria um meio de “libertação do macho” (LAMPIÃO DA ESQUINA, 1979, p. 6), quer dizer, uma possibilidade relevante para livrar-se da carcaça que uma sociedade heteronormativa introjetou (e dissemina) nos indivíduos, criando formas normalizadas de ser, agir e pensar.

Significativamente, no mesmo período em que o país vivia essas contradições, era possível discutir outras perspectivas teóricas e práticas, como as ideias do filósofo Michel Foucault, que esteve no Brasil algumas vezes, inclusive para uma série de conferências na PUC-Rio, em 1974. Uma de suas contribuições importantes, ferramenta analítica que acabou reconhecida e indispensável também para os estudos de gênero, diz respeito ao poder, como um conceito singular. Para Foucault,

[...] O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. E “o” poder, no que tem de permanente, de repetitivo, de inerte, de auto-reprodutor, é apenas efeito de conjunto, esboçado a partir de todas essas mobilidades, encadeamento que se apóia em cada uma delas e, em troca, procura fixá-las. (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Nesse sentido, a igreja, as instituições sociais são instrumentos e efeitos do poder, na medida em que operam os mecanismos e hospedam as normas do discurso social e sexual. Não por acaso, para ele seria preciso pensar outro conceito de política e outra dinâmica social, ou seja, entender que

[...] o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica e complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1988, p. 103).

Com esta perspectiva, é possível enxergar como os movimentos sociais, inclusive os de esquerda, revelam, expõem, fazem operar determinados mecanismos de poder. Também permite observar dissonâncias nas adjacências de uma vertente mais sólida, cujo objetivo seria garantir a hegemonia dos pensamentos de um grupo dominante, voltado para, naquele momento, derrubar um governo militar e ditatorial. Naquele momento, portanto, parecia mais importante ao “grupo maior” da esquerda desprezar as demandas identitárias, que poderiam dividir ou esfacular as forças da oposição.

A luta mais radical no que tange ao problema do gênero exige discutir diferentes concepções de mulher e homem, de feminino e masculino, enfrentar a insuficiência dos corpos para a definição da identidade e da orientação sexual e refletir sobre as estruturas que produzem as relações sociais e o tabuleiro histórico e político da designação identitária. Segundo Scott, o gênero nos lembra que não há representação inequívoca das mulheres ou homens, isto é sempre uma questão política, portanto perceber a complexidade e a instabilidade do gênero sugere colocar em discussão

[...] as lutas para manter os significados no lugar (impor e fazer cumprir as normas) e lutas para resitir ou derrubá-los. É sobre os interesses que motivam essas lutas, as apostas e os apostadores. Seu alcance se estende para além das mulheres e homens, do masculino e feminino, chegando às grandes estruturas e processos (tal como capitalismo e nacionalismo) nos quais e pelos quais as relações sociais são formadas e as fronteiras políticas patrulhadas. (SCOTT, 2012, p. 337).

Sobre as permanentes tensões entre manter, deslocar e superar as fronteiras identitárias, as indagações de Judith Butler também contribuem para tentar perceber a construção daquele tabuleiro e de um sistema heteronormativo binário juntamente aos mecanismos de poder que operam em tais segmentos, inclusive nos movimentos de esquerda.

[...] que configuração de poder constrói o sujeito e o Outro, essa relação binária entre “homens” e “mulheres”, e a estabilidade interna desse termo? Que restrição estaria operando aqui? [...] O que acontece ao sujeito e à estabilidade das categorias de gênero quando o regime epistemológico da presunção da heterossexualidade é desmascarado, explicando-se como produtor e reificador dessas categorias ostensivamente ontológicas? (BUTLER, 2012, p. 10).

Scott e Butler nos ajudam a pensar sobre a operação do sistema hegemônico gerador de hierarquizações, que produz representações binárias, desiguais e destina as chamadas minorias para a região da margem social, estigmatizando-as. Processo não pacífico, nem estático, porém marcado por reiteraões de um aparato discursivo que pretende determinar caminhos a serem seguidos.

Pensando sobre a “luta maior”, percebe-se que esta seria uma esfera do discurso considerada e cultuada como mais importante, ou seja, ela representava esforços que estavam direcionados no sentido de eliminar a opressão política e a repressão militar, e justificava-se que posteriormente seria possível enfrentar as questões colocadas como “menores”, isto é, a lutas dos homossexuais, das mulheres e dos negros. Seriam lutas menores? Nesse sentido, Foucault nos auxilia a pensar que são nessas construções pulverizadas, aqui na relação entre os movimentos de esquerda e as lutas ditas minoritárias, que os discursos de poder e de hierarquizações se constroem. Como afirma o filósofo: “o poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e móveis” (FOUCAULT, 1988, p. 104). Nesse caso, as relações de poder são nítidas em relação a tentativa dos movimentos de esquerda em cooptar as lutas LGBTs e feministas para angariar forças ao movimento pró-democracia.

Nesse movimento, a luta considerada menor também sofria perseguições, como muitas vezes foi denunciado pelo Lampião da Esquina. Seus editores/as e colaboradores/as foram diversas vezes intimados/as a comparecer ao Centro de Investigação, e apesar do periódico surgir no momento de uma relativa abertura política, ainda assim foram vítimas de censura e constantes processos. Isso nos leva a observar que as pautas ditas minoritárias também sofriam uma violência específica por aquele governo, e o mesmo parece ocorrer nos dias atuais.

Desvendando a cortina de fumaça ou a hora e vez da luta LGBT

Sobre a alegação de que o discurso das lutas identitárias forjariam nebulosas que dissipam o foco nos assuntos mais importantes, como uma cortina de fumaça, cabe pensar na atualidade corroborando e repensando o que foi dito por Gabeira. Segundo o jornalista, se o discurso contra os LGBTs é tão importante para o atual governo, que diz pautar-se nos princípios conservadores, da família tradicional e da moral e dos bons costumes, então o simples fato de ser LGBT e expor esta identidade torna-se um ato revolucionário, capaz de desestruturar as bases conservadoras de um governo opressor.

Ou seja, não se faz necessário hierarquizar as lutas e determinar uma linha de embate superior, estabelecida enquanto comum aos movimentos e considerada única, o simples fato de lutar pelos direitos LGBTs, feministas, e de outros segmentos, solapam/desestruturam por vários lados e maneiras um governo conservador como no período da ditadura militar, repressivo, marcado pela censura. Isso não quer dizer que o fato de ser LGBT ou LGBTs que apoiam um governo conservador contribua para que ele se desestruture por si só. Entretanto, para além de um movimento uno estabelecido por parcela da esquerda de enfrentamento ao governo também repressor, como o atual, do ponto de vista de um movimento que priorize o viés econômico, as lutas particulares, inclusive LGBT, consideradas atravessadas por diferentes vetores de força – de classe, sexo-gênero, raça, religião etc.- , certamente contribuem para solapar as bases estruturantes desse governo. Como aponta Certeau, isso pode ser caracterizado enquanto tática, ou seja

maneiras de fazer: vitórias do “fraco” sobre o mais “forte”, (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.) pequenos sucessos, arte de dar golpes, astúcias de “caçadores, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfos, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos” (CERTEAU, 1998, p. 47).

A discussão sugere aprofundamento que, todavia, não permite ultrapassar o espaço desse artigo. Para efeito de conclusão, consideradas as forças históricas conflitantes particularmente na história recente do Brasil, e um esforço de traçar um diálogo entre discursos e movimentos que operaram no espaço de pouco mais de meio

século, é possível sugerir um alargamento daquela crítica social. Por exemplo, reafirmando que o pessoal é político, seria possível repensar a crítica das esquerdas nos anos 1970 e a reiteração de certos enunciados, buscando-se relativizar a leitura que priorizava o determinismo da dimensão econômica em relação às tensões dos micropoderes, à eficácia das lutas e ao fundamento das diretrizes programáticas.

Nesse sentido, sem buscar uma posição anacrônica que simplesmente reúne as duas experiências políticas de opressão e oposição/resistência, mas alinhando-se às perspectivas culturalistas e pós-modernas, seria possível enxergar a violência contra mulheres, negros, LGBTs, índios e estudantes como um vetor em operação, nos anos 1970 e nos dias de hoje, ou uma realidade não menos relevante para, ao contrário, atuar na desconstrução de discursos reiterativos e perceber o movimento de estruturas que insistem em tentar manter certos significados no lugar, em tentar impor e fazer cumprir normas. Trata-se de proceder a uma crítica que sugere historicizar as diferenças construídas e dar a ler as tensões que se expõem entre a necessidade de se essencializar identidades que lutam e reconhecer os efeitos da história que operam nas formas pelas quais as identidades são construídas (SCOTT, 1997, p. 9).

As categorias da identidade, portanto, significam diferenças que não são homogêneas, consistentes ou fixas. Elas estão em deslocamento permanente e aparecem articuladas a diferentes contextos para organizar certas relações, assim exibem negociações de poder, hierarquias em operação. Essas também se fazem enxergar em situações estratégicas que operam resistências e mudança, ainda quando silenciadas ou negligenciadas pelas “forças maiores”. Desnudar esses movimentos é um esforço que depende, também, de uma reflexão historiográfica que examine a enunciação e a elucidação de agendas, ainda que (e justamente porque) consideradas secundárias” e da problematização de toda cadeia produtora dessas hierarquias sociais, econômicas, identitárias e sexuais.

Afinal, não bastaria apenas derrubar e/ou vencer um governo autoritário ou outro, ou implantar uma almejada “revolução econômica”. As lutas e as pesquisas históricas devem ser aliadas constantes, despertas, permanentes, já que os direitos, o respeito, a equidade social em relação aos LGBTs, mulheres, negros, índios, entre outros segmentos, não virão automaticamente após uma melhor redistribuição

econômica. Para uma mudança efetiva da sociedade, é preciso combater as desigualdades, e antes de tudo necessário poder exercitar a expressão e a participação social livres, é preciso praticar a crítica em relação às práticas e discursos, em suma, imprescindível aperfeiçoar formas democráticas de agir e pensar.

Referências:

AGUIAR, Neuma. *Gênero e Ciências Humanas*. Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de Saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1988.

JODELET, Denise. *As representações Sociais*. Rio de Janeiro: Ed Uerj, 2001.

SCOTT, Joan Wallace. *Feminism & History*. Oxford/New York: Oxford University Press, 1997.

_____. Os usos e abusos do gênero. Trad. Ana Carolina E, C, Soares. In: *Projeto História, São Paulo*, n.45, Dez. 2012, pp. 327-351.

SOIHET, Rachel. Preconceitos nas charges de O Pasquim: mulheres e a luta pelo controle do corpo. *Revista ArtCultura*, Uberlândia, v. 9, n. 14, p. 39-53, 2007.

FONTES:

ABC do Lula. Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979, p. 10.

Bittencourt, Francisco. *Ao Pasquim, com carinho*. Lampião da Esquina, nº 14, julho de 1979.

FERNANDO Gabeira fala, aqui e agora, diretamente dos anos 80. Lampião da Esquina, nº 18, novembro de 1979.

Relembra as polêmicas envolvendo Damares Alves em um mês de gestão. O Globo. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/relembra-as-polemicas-envolvendo-damares-alves-em-um-mes-de-gestao-23416699>> Acesso em: 08 out. 2019.

'Menino veste azul e menina veste rosa', diz Damares Alves em vídeo. O Globo. 2019. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/menino-veste-azul-menina-veste-rosa-diz-damares-alves-em-video-23343024>> Acesso em: 08 out. 2019.

Doria manda recolher apostila de ciência que fala sobre diversidade sexual: 'Não aceitamos apologia à ideologia de gênero'. G1. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/09/03/doria-manda-recolher-livros-de-ciencia-que-fala-sobre-diversidade-sexual-nao-aceitamos-apologia-a-ideologia-de-genero.ghtml>> Acesso em: 08 out. 2019.

MANOEL, Jones. *O Bolsonarismo e a tática da cortina de fumaça*. MÍDIA NINJA. 2019. Disponível em: <<http://midianinja.org/colunistaninja/bolsonarismo-e-a-tatica-da-cortina-de-fumaca/>> Acesso em: 08 out. 2019.

FERREIRA, Jorgetânia. *Não somos cortina de fumaça!* MÍDIA NINJA. 2019. Disponível em: <<http://midianinja.org/jorgetaniaferreira/nao-somos-cortina-de-fumaca/>> Acesso em: 08 out. 2019.

Marcelo Crivella manda censurar HQ dos Vingadores na Bienal do Livro, no Rio. FOLHA DE SÃO PAULO. 2019. Disponível

em:<<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/09/marcelo-crivella-manda-censurar-gibis-dos-vingadores-na-bienal-do-livro-no-rio.shtml>> Acesso em: 08 out. 2019.

MENA, Fernanda. *Mais da metade dos LGBT diz ter sofrido violência desde as eleições*. FOLHA DE SÃO PAULO, 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/mais-da-metade-dos-lgbt-diz-ter-sofrido-violencia-desde-as-eleicoes.shtml>> Acesso em: 01 dez. de 2019.

PENTEADO, Darcy. *Bichinhas sonhando com o poder*. Lampião da Esquina. n° 26, julho de 1980, p. 2.

Recebido em novembro de 2019.
Aprovado em dezembro de 2019.